

- CII -

DISTINTOS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO: IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS)

veraperoni@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo debater alguns conceitos e pressupostos teóricos que construímos ao longo dos anos em pesquisas acerca da relação entre o público e o privado na educação.

Entendemos que os processos de **privatização do público podem ocorrer via execução e direção**, em que o setor privado atua diretamente na oferta da educação, ou quando a atuação do privado ocorre na direção das políticas públicas ou das escolas, sendo que a propriedade permanece pública. Neste sentido, **a relação público-privada** tem como concepção, não apenas a propriedade, mas os projetos societários em disputa em uma perspectiva de classe. É importante, ainda, ressaltar que essa relação não inicia neste período particular do capitalismo; historicamente, foram muito tênues as linhas divisórias entre o público e o privado.

Assim, a **democratização** da educação pública ainda é um longo caminho e questionamos as implicações da mercantilização do público, assim como dos princípios conservadores e a censura implícita e explícita que estamos vivenciando nesse período histórico, para este processo de construção. Nossas pesquisas sempre analisam as implicações da privatização do público para a democratização da educação.

Entendemos que a educação exerce importante papel na construção de uma sociedade democrática. Relações baseadas em princípios democráticos são construídas na experiência (Thompson, 1981). Evaldo Vieira (1998) aponta que inexistência de cidadania sem direitos e sem Estado, os direitos de cidadania nascem historicamente na sociedade, não se constituem uma dádiva. O autor enfatiza que “não há estágio democrático, mas há processo democrático pelo qual a vontade da maioria ou a vontade geral vai assegurando o controle sobre os interesses da administração pública” (p. 12), e neste sentido, “quanto mais coletiva

é a decisão, mais democrática ela é. Qualquer conceito de democracia e há vários deles, importa em grau crescente de coletivização das decisões”.

Outro autor que nos ajuda a pensar no conceito de democracia é Mészáros (2002), ao trazer o debate sobre controle social, quando aponta para o protagonismo dos sujeitos: “no decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital” (p. 991). E para a importância do processo e não apenas produto, não separando quem executa de quem pensa na construção de políticas, apontando que “programas e instrumentos de ação sociopolíticos verdadeiramente adequados só podem ser elaborados pela prática social crítica e autocrítica no curso do seu efetivo desenvolvimento” (p. 1008).

WOOD (2003), ao realizar o debate sobre a não separação do econômico e político, destaca que o mundo material é um produto histórico, que as relações de produção tomam formas jurídicas e políticas particulares, não são meros reflexos secundários. Neste sentido, o Estado é essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. A esfera econômica tem em si uma dimensão jurídica e política. Historicamente, o poder político privado é a condição essencial da produção capitalista e, na realidade, a forma assumida pela autonomia de esfera econômica. Com base nesta discussão de WOOD, trazemos a reflexão sobre a importância da materialização de direitos em políticas educacionais, como parte do conceito de democracia.

Com base nestes autores, organizamos o conceito de democracia que é a base sob a qual analisamos nossas pesquisas: “A democracia é entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (PERONI, 2013).

Outra base conceitual importante que fomos construindo ao longo das pesquisas, é que mudanças nas fronteiras entre o público e o privado ocorrem como parte de redefinições no papel do Estado, que ocorrem em um período particular de crise estrutural do capital, em que as contradições estão mais acirradas. E as estratégias do capital para superação da crise que redefinem o papel do Estado: neoliberalismo, Terceira Via, reestruturação produtiva, financeirização do capital e o neoconservadorismo, estão na base destas mudanças.

Trabalhamos **a relação** entre o público e o privado, pois os Estados que viveram ditaduras e um recente processo de democratização avançaram na garantia do acesso à educação pública, o que consideramos um avanço no processo de democratização. No entanto, em um processo de correlação de forças, também verificamos a presença cada vez

maior do privado mercantil, e atualmente também neoconservador, e que vem definindo a educação pública.

No caso brasileiro, o Estado continua o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que assim estão contribuindo para a qualidade da escola pública. (Peroni, 2015). Nos últimos anos, além do mercado, também o neoconservadorismo tem assumido a pauta educacional. Neoconservadorismo, aqui entendido como a fusão entre conservadorismo e o libertarianismo.

Conforme MOLL NETO Jr, (2010), “A ideologia neoconservadora resgatou e reconstruiu pressupostos de correntes conservadoras que os antecederam, basicamente do velho conservadorismo e do libertarianismo”. (p. 65). No entanto é a partir da crise da década de 1970 que iniciou uma mobilização neoconservadora: ocorreu principalmente através da criação de think tanks: “Os empresários da nova direita organizaram fundações para reunir capital para apoiar e financiar universidades, pesquisas e centros de estudo (Think Thanks) a fim de elaborar projetos políticos nacionais”. (p. 69)

Camila Rocha, no texto *Direitas em rede: think tanks* de direita na América Latina, destaca que nosso país abriga atualmente 82 organizações classificadas como tal. Isso faz com que sejamos o segundo país da América Latina em número de *think tanks*. Com os think tanks, vemos claramente a materialização dos sobre sujeitos individuais e coletivos em relação, com objetivos de classe. (Peroni, 2018)

Harvey (2008) também tem nos auxiliado na compreensão da relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo. O autor ressalta, ainda, que o esvaziamento dos direitos sociais, o aumento do desemprego dos ajustes estruturais e a exacerbação da competitividade e individualismo, provoca caos social e civilizatório e a este risco o neoconservadorismo responde com maior repressão. É o temos vivenciados no Brasil, nos últimos anos.

Além da atuação dos empresários na educação, nacional e internacionalmente, verificamos nos últimos anos, também a presença de setores neoconservadores na direção das políticas educacionais, através da censura aos professores, como no Escola sem Partido, assim como em políticas educacionais que ameaçam a laicidade da educação e que propõem a militarização das escolas. O objetivo deste trabalho, assim, é trazer alguns conceitos analíticos, no sentido de contribuir para o aprofundamento do debate.

REFERÊNCIAS:

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MOLL NETO NETO, Roberto. Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988). **Dissertação** (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.

VIEIRA, Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez Editora, n. 56, p. 9-23, mar. 1998.

WOOD, Ellen. **Democracia contra o capitalismo** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal. A privatização do público: implicações para a democratização da educação. In.: PERONI, Vera M. V. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

_____. Implicações das Relações Público-Privadas para Democratização da Gestão. **Tese** (Professor Titular da Carreira de Magistério Superior) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: Think tanks de direita na América Latina. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org). **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2015.